

"FMI não deve ser cobrador das dívidas dos bancos"

por Cynthia Malta
de São Paulo

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, acredita que o Fundo Monetário Internacional (FMI) não irá condicionar a aprovação da carta de intenções que o Brasil já enviou a Washington a progressos nas negociações com os bancos privados.

"Se isso acontecer, vai ficar muito claro que o Fundo deixa de ser uma instituição multilateral, uma instituição para o qual foi criada, e assume o papel de cobrador de dívidas dos bancos privados", disse a ministra no programa Roda Viva, da Rede de Televisão Cultura, que foi ao ar na noite da última segunda-feira.

A ministra, que gravou o programa na noite de domingo, dizia ainda que a carta de intenções já havia recebido a "virtual aprovação" do diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus. Além disso, ela observou que "o relatório da missão, que esteve aqui por um mês e estudou detalhadamente (a situação econômica do País), será um relatório positivo".

"Do ponto de vista econômico, que é o que deveria interessar ao Fundo, não deve haver nenhuma dificuldade", afirmou a ministra hora antes de o secretário-assistente do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, declarar que o Brasil deveria negociar com os bancos comerciais um acordo sobre seus atrasos no pagamento dos juros, caso desejasse maior assistência do FMI.

O Brasil já obteve um acordo preliminar com o FMI sobre os termos de um programa stand-by de 18 meses que permitirá ao País captar US\$ 2 bilhões em Direitos Especiais de Saques na instituição.

A ministra observou ainda que o risco de a carta não ser aprovada existe. "O risco sempre existe."

Mas lembrou que durante sua última viagem pela Europa havia "conversado com os ministros que são importantes na diretoria do Fundo" e notou por parte das autoridades européias "uma percepção muito grande do que está acontecendo".

O governo brasileiro, segundo a ministra, descartou a opção da negociação descentralizada com os bancos por ser de difícil operacionalização. Mas, por outro lado, está propondo a ampliação do comitê dos bancos privados. Nos últimos meses, a ministra contou que manteve encontros com representantes de bancos franceses, alemães e outros também da Europa, "que têm uma visão diferente" da defendida tradicionalmente pelo comitê. "É para dar conta dessas diferenças que queremos ampliá-lo. Só vai enriquecer a negociação", disse a ministra.

Ela enfatizou que o princípio da capacidade de pagamento do País, "o fundamento da lógica", é que deverá nortear as negociações. "Se os credores tiverem uma visão de médio prazo, se eles quiserem receber, não por seis meses, mas por um ano, dois anos, cinco anos, aí não teremos dificuldades na negociação", observou.

O presidente Collor quer a conclusão do acordo o mais rápido possível, lembrou Zélia. A data importante para o Brasil em relação à dívida externa, acrescentou, é dezembro. Mas observou que o governo brasileiro só fará um pagamento nesse mês "se" o acordo estiver concluído.

A ministra repetiu algumas vezes que "o Brasil não paga um dólar ou um centavo de dólar que gere recessão ou inflação". Esclareceu também que durante as negociações, ao contrário do que aconteceu nos últimos anos, "nós não vamos pagar a hospedagem dos negociadores" (estrangeiros).